

## DA TRANSIÇÃO À *SEGUNDA ESCRAVIDÃO*: UMA ANÁLISE ACERCA DA LITERATURA SOBRE O CAPITALISMO

Bruno Novelino Vittoretto  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)<sup>1</sup>

**Resumo:** O escopo desse trabalho é fazer uma breve análise sobre a produção acadêmica relacionada à temática do capitalismo, assim como os possíveis tópicos a ele relacionados, da segunda metade do século XX em diante. Na realidade, uma descrição de autores – incluindo não só historiadores, mas economistas e outros especialistas; dedicados a compreendê-lo, principalmente na América Latina. Para tanto, realiza-se incursões sobre cinco maneiras diversas de compreensão do fenômeno desenvolvidas ao longo desse tempo, tentando identificar as possíveis interlocuções dentre elas. A começar pelo debate feudalismo/capitalismo, seguem-se pontuais referências sobre Teoria da Dependência, *World System Analysis*, *Global Commodity Chains* e por fim, *Second Slavery*.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Historiografia; História Econômica

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e orientada pelo Prof. Dr. Anderson Pires (UFJF).

## **Introdução**

A construção de um campo historiográfico sólido, com espaço para o debate e apoio à pesquisa é um fenômeno bastante recente na academia brasileira. Embora a criação dos cursos de História ser bem anterior à década de 1970 – principalmente nos dois polos de difusão do conhecimento, Rio de Janeiro e São Paulo; é somente com a expansão dos programas de pós-graduação que se dá a consolidação de um trabalho de caráter coletivo. Dessa forma, se ganha maior uniformidade, ou na pior das hipóteses, abre-se um espaço de diálogo à medida que são agregados trabalhos anteriormente realizados mais isoladamente pelos pesquisadores, ou mesmo concluídos fora do país. É nesse período também que a História Regional – sob influência da escola francesa dos *Annales* – emerge para os pesquisadores. Desde então passa a ser um fator determinante no modo como seria vista a história do Brasil, uma vez que esse tipo de enfoque abriu um universo de possibilidades de interpretação através de fontes até então inéditas.

E esse quadro geral a respeito da pesquisa em História parece não diferir no caso de outros países latino-americanos. O que se pretende aqui é abordar como os pesquisadores nativos/erradicados no continente, ou ainda autores estrangeiros interessados nos países fora do eixo Europa/Estados Unidos, interpretaram a economia e a sociedade locais. Portanto, segue uma descrição dos principais diálogos desenvolvidos em torno de uma temática comumente abordada em todos os canais de interlocução da História Econômica no continente: o processo de transição e consolidação do capitalismo. Nesse caminho, destacam-se uma diversidade de obras e autores referentes à segunda metade do século XX em diante, que será mais bem analisada nos tópicos a seguir.

### **O longo debate feudalismo/capitalismo**

Mas antes de entrar nessa discussão sobre os novos rumos tomados pelas ciências humanas na segunda metade do século XX, é necessário retornar ao estado da arte para o caso brasileiro. Ou seja, uma breve apresentação dos autores e seus respectivos trabalhos mais influentes no modo como era compreendida a história brasileira – incluindo aí as relações econômicas; ou mais especificamente, a natureza da economia em perspectiva histórica. Dentre os primeiros pesquisadores, cuja busca era

uma interpretação geral sobre o país, com destaque ao período colonial, tem-se Francisco Varnhagen (1857), Gottfried Handelmann (1860, mas publicado em 1931), Oliveira Lima (1911), Pedro Calmon (1937), Alfredo Taunay & Dicamôr Moraes (1952).<sup>2</sup> Nesse grupo, percebe-se homogeneamente que desde a segunda metade do século XIX, a visão dominante era a de que no passado o Brasil se caracterizava como fundamentalmente feudal.<sup>3</sup>

Para além dos trabalhos supracitados, há outro espaço de discussão que ultrapassa a mera erudição ou mesmo a academia como lócus de debate. Trata-se da discussão travada dentro do Partido Comunista Brasileiro. Dentre as maiores influências que dialogam com autores contemporâneos, destacam-se as obras de Alberto Passos Guimarães (1963) e Nelson Werneck Sodré (1962), que da mesma forma que seus antecessores, creem nas bases de uma sociedade feudal estabelecida no novo continente desde o século XVI.<sup>4</sup> Para os marxistas estabelecidos no *partid o* fundado na década de 1920, era o Modo de Produção Feudal – explicitado tanto na obra máxima do filósofo alemão, *O Capital*, como em textos subsidiários como as *Formen* e as *Grundrisse* –, a melhor forma de compreender o período colonial brasileiro, em que pesasse a existência da escravidão.<sup>5</sup>

O trabalho compulsório também não representara um empecilho para a explicação de autores que combatiam essa mesma tese do feudalismo, implantando outra: a da existência do capitalismo. É o que fez pioneiramente o engenheiro, empresário e político Roberto Simonsen. Figura versátil, que chega a ocupar cargos em instituições como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Simonsen já contestava a tese do feudalismo no ano de 1937.<sup>6</sup> Para o autor, o passado colonial do Brasil se caracterizava pelo capitalismo, uma vez que os descobrimentos e atuação do Brasil p s-1500 no

---

<sup>2</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. HANDLEMAN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle & MOARAES, Dicamôr. **História do Brasil – 2 o ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

<sup>3</sup> FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados, 2004, p.440.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Difel, 1982.

<sup>5</sup> MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. MARX, Karl. **Formações Econ micas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985. MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

<sup>6</sup> SIMONSEN, Roberto. **História econ mica do Brasil – 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

conjunto da economia mundial foi de ativa participação do comércio internacional, consolidando as regiões europeias no processo da acumulação primitiva. Caio Prado Júnior também assim combatia a ideia de um Brasil feudal em 1942, em que o *sentido da colonização* era a extração do excedente, donde a colônia funcionava como uma espécie de feitoria que organizava a produção dos gêneros interessados à metrópole, escoando toda sua produção para fora. Ou seja, esse caráter exportador da economia colonial, que produzia majoritariamente para suprir as necessidades da metrópole.<sup>7</sup>

Adentrando a segunda parte do novecentos, surgem outros dois trabalhos importantes, porém com um delineamento diferenciado, cuja linha weberiana está explicitamente perceptível. Trata-se das obras de Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Já no primeiro volume de *Os Donos do Poder* (1959), Faoro atribui à colonização do Brasil o que o autor chama de *Capitalismo de Estado*, negando assim como seus congêneres a tese do feudalismo.<sup>8</sup> Em *Homens livres na ordem escravocrata*, publicado originalmente no ano de 1964, Maria Sylvia de Carvalho Franco associa o período colonial ao capitalismo, sem endossar a maneira clássica do Capitalismo Comercial. Portanto, uma definição imprecisa do conceito de *Modo de Produção* aparece em sua obra, impossibilitando uma argumentação teórica satisfatória para se opor à visão até então tradicional do feudalismo.<sup>9</sup>

Já no ano de 1973 é defendida a tese de doutorado do historiador Fernando Antonio Novais. Pioneiro da expressão *Antigo sistema colonial* no Brasil, Novais a reproduziu de outro pesquisador: o estadunidense George Beer, que na época em que estudava as relações comerciais e territoriais anglo-saxônicas dos séculos XVII e XVIII (em 1912), associou o colonialismo *antigo* – daí a expressão original, *Old Colonial System* – ao colonialismo europeu contemporâneo ao autor.<sup>10</sup> Adaptando o conceito ao caso brasileiro, Fernando Novais aponta que o antigo sistema praticado pela metrópole portuguesa era fundamentado no exclusivo metropolitano e no pacto colonial, donde a função básica da colônia era produzir mercadorias para a metrópole enquanto Portugal detinha o monopólio do comércio brasileiro, concepção essa de cunho circulacionista no que diz respeito à expansão do capitalismo, em sua fase comercial.

---

<sup>7</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

<sup>8</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1971. FIGUEIREDO, José Ricardo. *Op. Cit.*, 2004, p.448.

<sup>9</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. FIGUEIREDO, José Ricardo. *Op. Cit.*, 2004, p.449-458.

<sup>10</sup> BEER, George Louis. **The Old Colonial System (1660-1754)**. New York: Macmillan Company, 2Vol., 1912.

O peso da obra de Fernando Novais ainda é perceptível em muitos trabalhos, dada sua posição teórica marcadamente forte. Correndo por fora do debate feudalismo/capitalismo surgem alguns trabalhos importantes. É o caso de Maria Odila Leite Dias e Kenneth Maxwell, que surgem com propostas bem originais sobre a economia do período colonial.<sup>11</sup> Para um período mais recente, percebe-se a contribuição de Francisco Oliveira. O autor acredita que a coexistência entre setores arcaicos e modernos na sociedade brasileira não era em si uma contradição, mas sim uma complementaridade, intentando evitar qualquer tipo de maniqueísmo em sua análise do Brasil pós 1930.<sup>12</sup> É impossível citar aqui todos os trabalhos que demarcaram terreno nessa temática. Segue apenas o esforço de registrar alguns dos autores ainda não mencionados que trouxeram inovações importantes para o debate da questão econômica no Brasil: Alice Piffer Canabrava (1944); Mafalda Zemella, com a primeira tese de doutorado em *História da Civilização Brasileira* defendida no país (1951); José Roberto do Amaral Lapa (tese de doutorado de 1968); Alcir Lenharo (mestrado realizado entre 1974 e 1977, porém publicado em 1979); e Virgílio Noya Pinto (1979).<sup>13</sup>

É importante salientar que o debate feudalismo/capitalismo – e as questões que vão surgindo anexas a ele; também não se dá de forma linear. Foi visto que Simonsen combatia a tese do sistema feudal em 1937, processo esse que surpreendentemente se arrasta até a década de 1980! Exemplo disso é a obra de Jacob Gorender, que tem seu livro – *O Escravismo Colonial*<sup>14</sup> – publicado originalmente em 1978, e assim declara:

*E qual era a questão que se colocava para mim? É que a tese do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, ao qual eu pertenci durante 25 anos, de 1942 a 1967, era de que o Brasil tinha um passado feudal e que ainda existiam sobrevivências feudais no Brasil. E isso não me parecia correto. Quer dizer, O escravismo colonial foi escrito para contestar essa tese. Eu quis provar, e acredito que o fiz, que o passado do Brasil foi escravocrata. Nós tivemos um regime escravista até o final do século XIX, durante quase trezentos anos. E isso marcou profundamente a sociedade brasileira. E eu cunhei a expressão “escravismo colonial”, que não existia antes. (...) Então, o livro foi escrito, essa foi a minha idéia, para refutar essa tese [do feudalismo].<sup>15</sup>*

---

<sup>11</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole. A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

<sup>13</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000. ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

<sup>14</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>15</sup> Entrevista Programa Roda Viva, 16/01/2006. [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/526/jacob%20entrevistados/jacob\\_gorender\\_2006.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/526/jacob%20entrevistados/jacob_gorender_2006.htm)

Deve-se lembrar de que a concepção do arrefecimento da visão feudal talvez tenha encontrado mais espaço no meio acadêmico, enquanto que em outros espaços de discussão como o PCB, a ideia acabou por resistir com mais consistência. Os já citados Gorender, Maxwell e Dias, assim como o Ciro Flamarion Cardoso posicionaram-se à margem desse debate, uma vez que implantaram novas maneiras de se perceber a questão econômica no país. Porém, independente da perspectiva adotada, tais autores colaboraram diretamente num processo que percorreu décadas, ao consolidar a negação do feudalismo. E esse longo processo de combate à tese feudal no caso brasileiro esteve diretamente ligado a outro fenômeno ocorrido no âmbito internacional. Trata-se da influência de autores marxistas europeus que travaram um célebre debate sobre a transição capitalista. A discussão foi liderada por dois economistas – Maurice Dobb e Paul Sweezy – entre as décadas de 1950 e 1970. Basicamente, o certame se desenvolveu através da divergência estabelecida entre os pesquisadores quanto à importância dos fatores internos e externos como elementos propulsores de um modo de produção historicamente novo, o modo de produção capitalista.<sup>16</sup>

### **Teoria da Dependência e *World System Analysis***

Dessa longa discussão dentre marxistas situados nos países avançados do hemisfério norte na conjuntura pós-guerra, surge nos países periféricos as chamadas teorias do desenvolvimento, com destaque para o que se denominou *Teoria da Dependência*. Foi mais ou menos nesse mesmo período em que foram lançadas as bases do pensamento *dependentista*, que surge não como um movimento pré-concebido, nem mesmo com intuito metodológico renovador, uma vez que os autores estiveram diretamente comprometidos ao materialismo dialético-histórico. Também, a Teoria da Dependência irá surgir nesse contexto não apenas enquanto uma forma interpretação econômica, pois ela acaba por fazer parte de *sistemas ideológicos amplos, que abrangem aspectos políticos e sociais*<sup>17</sup>, à medida que os intelectuais a ela relacionados

---

<sup>16</sup> SWEEZY, Paul (Org.). **A transição do Feudalismo para o Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. WOOD, Ellen Meiksins. **The origin of Capitalism: a longer view**. London: Verso, 2002, p.37-43.

<sup>17</sup> MANTEGA, Guido. *Teoria da Dependência Revisitada. Um balanço crítico*. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa nº.27, 1997, p.34.

estão envolvidos de alguma forma no campo prático da questão. Portanto, nela se inseriu intelectuais interessados em compreender o processo histórico das economias, mas também identificar os caminhos a serem adotados pelos países latino-americanos:

*A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional.*<sup>18</sup>

O pensamento *dependentista* tem suas raízes na década de 1950, mas só se consolida definitivamente a partir da década de 1970, quando os círculos acadêmicos dos países centrais passam a ser diretamente influenciados pela análise.<sup>19</sup> É justamente nos anos 70, segundo Theotônio dos Santos, que a Teoria da Dependência apresenta a primeira tentativa – através do artigo *Dependency and Imperialism*, de Suzanne Bodenheimer – de demonstrar-se como uma escola de pensamento com propostas inovadoras ao que vinha sendo produzido no pensamento social ocidental até aquele momento.<sup>20</sup> Contudo, uma boa parte dos pesquisadores *não lhe atribui estatura de teoria*. Trata-se, segundo eles, *mais de análises concretas de situações de dependência do que propriamente de uma construção teórica formal*.<sup>21</sup> Mesmo considerando essa afirmação, é possível apreender vários pontos concomitantes à obra de alguns autores nesse período.

Desde os primeiros autores dedicados sobretudo ao estudo dos países latino-americanos como Andre Gunder Frank e Raul Prebisch, percebe-se uma linha de raciocínio semelhante ao que já foi exposto nos parágrafos anteriores, em dois sentidos. Num primeiro momento, os autores estiveram preocupados em negar a existência do feudalismo nas áreas colonizadas pela Europa. Já num segundo momento, os teóricos da dependência difundiram a falácia do pensamento intelectual ortodoxo até então propalado. Nesse ponto negaram a aplicabilidade do modelo de crescimento proveniente da economia política clássica de David Ricardo. Quer dizer que tais autores tentaram demonstrar a ineficiência da chamada “teoria das vantagens comparativas”, que por sua

---

<sup>18</sup> DOS SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico*. **Textos para Discussão**, Grupo de Estudos Sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho, nº.22, 1997, p.6.

<sup>19</sup> MUÑOZ, Heraldo. *El Análisis de la Teoría de la Dependencia en los Centros: Ejemplos de EE.UU.* **Estudios Internacionales**, Vol.12, nº.45, Jan-Mar, 1979, p. 68.

<sup>20</sup> DOS SANTOS, Theotônio. *Op. Cit.*, 1997, p.21.

<sup>21</sup> MANTEGA, Guido. *Op. Cit.*, 1997, p.48.

vez pregava a especialização da produção entre os países nos quadros da divisão internacional do trabalho. Em suma, esse modelo defendia a especialização na produção de bens industriais nos países centrais, e a produção de matéria-prima por parte dos países periféricos.<sup>22</sup>

*Para demonstrar o desacerto das proposições retiradas do esquema ricardiano de vantagens comparativas, os economistas latino-americanos diziam que o universo ricardiano não podia funcionar perfeitamente nas condições que se apresentavam nas trocas entre os países centrais e a periferia, porque os pressupostos do livre-cambismo não ocorriam de maneira perfeita — nem os ganhos de produtividade ocorridos nos países centrais eram repassados aos preços dos produtos (a organização dos trabalhadores e o monopólio das novas tecnologias faziam reter estes lucros sob a forma de salários maiores, lucros extraordinários ou de repasses ao Estado de Bem-Estar), nem na periferia os ganhos de produtividade<sup>23</sup> podiam ser retidos em função da desorganização do mercado de trabalho, pela heterogeneidade entre os setores econômicos, etc.<sup>23</sup>*

Pode-se dizer que as duas negações, tanto de Frank como de Prebisch, fazem parte das preocupações de uma primeira geração de teóricos *dependentistas*, incluindo os pensadores da CEPAL – fundada em 1948. Dentre eles está o economista paraibano Celso Furtado. Em sua obra mais marcante, *Formação econômica do Brasil* (1959), o autor nega a existência do feudalismo no caso da economia açucareira, definindo tal sistema como *um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamiento de uma estrutura econômica*.<sup>24</sup> Daí a impraticabilidade do mesmo, uma vez que a economia brasileira se voltava sumariamente ao mercado externo e apresentava altos índices de rentabilidade para a Metrópole e as demais economias europeias em expansão, numa relação histórica que marca a subordinação e a dependência do Brasil perante o hemisfério norte. Portanto, um ponto comum aos primeiros intelectuais era que o subdesenvolvimento apresentava-se como resultado da consolidação integral dos países periféricos ao sistema capitalista mundial. Portanto, o subdesenvolvimento, e também o desenvolvimento aparecem como resultado histórico da introdução do capitalismo europeu que gerava riqueza para uns e pobreza para outros.

Numa segunda fase, quando da consolidação do pensamento identificado na década de 1970, destacam-se já outros autores, incluindo o sociólogo paulistano

---

<sup>22</sup> RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.93-107.

<sup>23</sup> HOLANDA, Felipe Macedo de. *Apresentação*. In: RICARDO, David. *Op. Cit.*, 1996, p.11.

<sup>24</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p.38.



Fernando Henrique Cardoso e o sociólogo chileno Enzo Faletto.<sup>25</sup> Os autores dessa geração praticaram um esforço ainda maior em compreender como os países localizados na periferia de um sistema mundial já consolidado ocuparam esse lugar. Ou seja, como as forças capitalistas e o desenvolvimento subordinado às grandes esferas de poder econômico, de caráter imperialista, se inseriram em perspectiva histórica.<sup>26</sup> Ainda, esses mesmos autores estiveram preocupados em atentar para as possibilidades de crescimento disponíveis ao hemisfério sul quando da disputa pela hegemonia ocorrida na Guerra Fria:

*Nesse sentido, o trabalho de Cardoso e Faletto é, antes de mais nada, uma tentativa de superar o reducionismo econômico da CEPAL e da análise estrutural de modo geral, que privilegiava o processo de substituição de importações e contentava-se com as relações comerciais (ou a deterioração dos termos de intercâmbio), em vez de fazer uma análise em profundidade da estrutura de dominação, que já contém os laços com o capital estrangeiro.<sup>27</sup>*

*El concepto de dependencia, entonces supera la dicotomía "externo-interno", "mundo desarrollado-mundo subdesarrollado" incorporándolos en una sola estructura: el sistema capitalista internacional. La aparente oposición entre desarrollo y subdesarrollo simplemente representa, dos aspectos recíprocos) complementarios de un mismo proceso: la expansión internacional del capital que dio origen a los fenómenos del imperialismo y de la dependencia. Para resumir, la perspectiva de la dependencia es esencialmente dialéctica ya que pretende analizar el subdesarrollo en la perspectiva vinculándolo al desarrollo capitalista del centro. Es decir, pretende conocer y analizar el todo y no solo las partes aisladas.<sup>28</sup>*

É inegável a contribuição da Teoria da Dependência no campo das ciências humanas e sociais. Antes mesmo de ganhar espaço nos ciclos acadêmicos dos centros de difusão do conhecimento do hemisfério norte, já apontava sua importância que se estendeu por um longo período. Embora não tão inovadora em alguns aspectos – principalmente metodológicos, como já especificado anteriormente; e surgida dentro de um contexto amplo de discussão travado por décadas dentre intelectuais em sua grande maioria marxistas, ela representou uma marca indelével para a compreensão da América Latina e os demais países periféricos de outros continentes. A variedade interpretativa do que se convencionou a chamar de teoria, ou movimento intelectual, encontrou seus entroncamentos e possibilidades de renovação. Dentre eles, destaca-se a Teoria do Sistema Mundo – *World System Analysis*, que surge na década de 1970.

---

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTI, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

<sup>26</sup> DOS SANTOS, Theotônio. *Op. Cit.*, 1997, p.10.

<sup>27</sup> MANTEGA, Guido. *Op. Cit.*, 1997, p.44.

<sup>28</sup> MUÑOZ, Heraldo. *Cambio y continuidad en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo. Estudios Internacionales*, Vol.11, nº.44, Out-Dez, 1978, p.97.

O trabalho do estadunidense Immanuel Wallerstein – relacionado ao de alguns outros pesquisadores como Giovanni Arrighi – propôs uma análise, que assim como a Teoria da Dependência, reforçava o rechaço à tese feudal e a ineficiência das “vantagens comparativas”. Sob a influência de Fernand Braudel no que diz respeito ao tempo histórico (longa duração) e a um sistema histórico em particular (o capitalismo), a grande marca da análise do Sistema Mundo é a reorientação do foco espacial. Se a Teoria da Dependência concentrava-se nas características das economias nacionais meridionais, a Teoria do Sistema Mundo deslocava o eixo para hemisfério norte, em que a periferia aparecia como elemento complementar para a discussão. Em que pese o caráter eurocêntrico da obra de Wallerstein, a concepção original do autor resgatava a concepção polanyiana no que se refere ao mercado e esfera circulacionista:

*World-system analysis meant first of all the substitution of a unit of analysis called the ‘world system’ for the standard unit of analysis, which was the national state. (...) Instead of national states as the object of study, they substituted ‘historical systems’ which, it was argued, had existed up to now in only three variants: minisystems; and ‘world-systems’ of two kinds – world-economies and world-empires.<sup>29</sup>*

Wallerstein, por sua vez, acredita que a conformação do sistema econômico mundial (mundial, por ser mais amplo do que qualquer unidade política; e econômico, por vincular as partes constitutivas por laços de mercado) já é por definição a constituição do capitalismo como predominante desde o final do século XV. O autor argumenta que a conformação da sociedade capitalista passou por adaptações ao sistema de trabalho, uma vez que as diversas formas laborais para além do trabalho livre (com destaque para o escravismo) foram arranjos internos, dada existência de núcleos dominantes. É daí que surgiria a marcada desigualdade nesses tipos de sociedades.<sup>30</sup>

Resumindo:

*O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média européia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semi-periferia, além de distinguir entre as economias centrais uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema.<sup>31</sup>*

---

<sup>29</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis. An introduction**. Durham, London: Duke University Press, 2004, p.16.

<sup>30</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & PÉREZ-BRIGNOLI, Hector. **História Econômica de América Latina**. Rio de Janeiro: Graal: 1983, p.64-65.

<sup>31</sup> DOS SANTOS, Theotônio. *Op. Cit.*, 1997, p.26.

Grosso modo, esse é o longo caminho que o pensamento social – incluindo aí a historiografia – atravessou na segunda metade do século XX no que se refere à natureza das economias nacionais. Em um diálogo profícuo com outras pesquisas realizadas fora do país, o Brasil participou ativamente desses debates. No entanto, o que se percebe é que a historiografia brasileira, após essas discussões sobre a Dependência e o Sistema Mundo, acaba por abandonar a temática, principalmente após a década de 1990. Fenômeno esse que corresponde à própria derrocada da História Econômica, que foi aos poucos sendo substituída por outros estudos, cuja temática se debruça sob aportes teóricos diferentes, mormente relacionados à correlação entre grupos e ou indivíduos em várias instâncias, deixando de lado o caráter macroestrutural dos processos. Essa guinada antropológica e fragmentária do conhecimento, se por um lado demonstra-se profícuo, também deixa de lado alguns aspectos essenciais de fora do ciclo – incluindo aí o próprio estudo da História Econômica; talvez se estabelecendo mesmo que de forma não intencional como um novo e paradoxal paradigma pós-moderno.

Em levantamento recente sobre a produção em História Econômica, o historiador Luis Bértola identificou que na historiografia econômica brasileira, predominam estudos locais e de caráter mais restrito, diferentemente de outras partes da América Latina, que ainda possuem uma tradição de estudos de caráter espacial ampliados.<sup>32</sup> Outro problema do caso brasileiro, que nesse ponto compartilha em maior medida com seus congêneres da América Latina, é rarefação de estudos comparativos. Essas duas observações feitas pelo pesquisador uruguaio leva ao que o mesmo questiona: o que fazer com esse conjunto de particularidades? Segundo ele:

*Sin embargo, muchas de estas valiosas contribuciones pierden gran parte de su potencial al desarrollarse en ámbitos muy cerrados, con estrategias y perspectivas teóricas de investigación muy acotadas, sin enmarcarse en perspectivas comparativas serias ni reflexiones teóricas fundadas. De esta manera, el colectivo de historiadores económicos latinoamericano ha ido acumulando una enorme cantidad de información y discusiones parciales, pero le ha estado faltando constituirse en una comunidad académica que sea capaz de regular y conformar una reflexión profunda y crítica, que guíe y articule la acción colectiva.*<sup>33</sup>

### ***Global Commodity Chains e Second Slavery***

---

<sup>32</sup> BÉRTOLA, Luis. *La Historia Económica en América Latina: algunas reflexiones sobre el estado del arte y posibles políticas*. **Boletín de Historia Económica**, Ano V, n.º6, Dezembro, 2007, p.19.

<sup>33</sup> BÉRTOLA, Luis. *¿A dónde ha ido la historiografía económica latinoamericana?*. **Boletín de Historia Económica**, Ano I, n.º2, Junho, 2003, p.29.

Diante o apelo de Bértola e seu diagnóstico pouco otimista, há de se considerar que existem alguns nichos de produção no campo da História Econômica que buscam contemplar boa parte desses aspectos pouco explorados nos últimos anos. Longe de esgotar temáticas tradicionais, mas não menos importantes – como capitalismo, globalização e industrialização; muitos pesquisadores seguem tentando contribuir com pesquisas originais. De todos os desdobramentos perceptíveis de teorias clássicas como a da Dependência e a do Sistema Mundo, destaca-se na atualidade um tipo de produção bastante profícuo. São as denominadas *Global Commodity Chains*, cuja tradução livre é *Redes Mundiais de Mercadoria*, sendo o termo *Commodity* uma definição para mercadoria – ou produto primário exportador – com pequeno grau de industrialização e produzido em grandes quantidades, conhecido também por sua dinâmica de comercialização, uma vez que se situa dentre as principais trocas comerciais dos países.<sup>34</sup> Destacam-se as *commodities* agrícolas como café, tabaco, açúcar, cacau, além das minerais como a prata e o ouro.

Elemento relativamente recente na história econômica, as *Global Commodity Chains* vêm aos poucos ganhando espaço dentre pesquisadores de diversas instituições interessados no estudo das economias exportadoras. Trata-se de um esforço conjunto dentre autores radicados em diferentes instituições – e dedicados sobretudo à economia e à história – de diversas partes do globo para a compreensão dos processos de troca de mercadorias primárias desde seu processo de produção/extração até o consumo final. Portanto, não se trata de um movimento historiográfico, que possui uma pauta de pesquisa já pré-concebida, que se limita a um tópico específico ou algo do gênero. Na realidade, há uma infinidade de temas e abordagens que se encaixam a utilização dessa ferramenta, que perpassam por diversas áreas de pesquisa.<sup>35</sup>

A ampla dimensão teórica – e também metodológica – sobre a qual os estudos das *Global Commodity Chains* se apoia pode variar desde as relações de gênero, o meio ambiente, as formas de trabalho, ou mesmo o padrão de consumo, etc. Todos os tópicos possíveis que de alguma forma estão relacionados a um produto primário exportador, ou seja, uma *commodity*, são passíveis de análise. Grande contribuição é a forma com que se costuma abordar as temáticas. Percebe-se a supressão de categorias basicamente

---

<sup>34</sup> TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006. **DICTIONARY OF ECONOMICS. Commodity**. A & C Black Publishers Ltd: London, 2006, p.32-33.

<sup>35</sup> TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). *Op. Cit.*, 2006.

pautadas em divisões político-administrativas – como o “País” ou o “Estado Nacional”; comumente utilizadas pelos teóricos da Dependência. Nesse caso, o foco das GCC’s se direciona diretamente ao produto em pauta, e conseqüentemente a trajetória do mesmo em diversas escalas. Portanto, mais do que uma história com categorias fechadas, é a variação da escala de análise – entre o macro e o micro – o que realmente se apresenta como ferramenta metodológica útil para o desenvolvimento da pesquisa:

*Our GCC framework allows us to pose questions about contemporary development issues that are not easily handled by previous paradigms, and permits us to more adequately forge the macro-micro links between processes that are generally assumed to be discretely contained within global, national, and local units of analysis. The paradigm that GCCs embody is a network-centered and historical approach that probes above and below the level of the nation-state to better analyze structure and change in the world-economy.<sup>36</sup>*

Nesse sentido, as *Global Commodity Chains* têm fornecido uma base teórica e metodológica necessária para uma análise mais sistemática de micro e macro processos<sup>37</sup>, dentro de um universo de possibilidades admissíveis ao tema em questão. Esse esforço de variação na escala de análise já não é desconhecido de alguns historiadores, haja vista que encontra bastante evidência na atualidade, e tem descoberto em outras vertentes e autores resultados bastante profícuos. No entanto, a grande diferença estabelecida entre tais estudos e as GCC’s reside na capacidade da última em articular tais escalas, sem perder de vista uma análise de cunho estrutural, comparativa, e “tradicional” em certo sentido, uma vez que toca algumas discussões descritas nas seções anteriores. Na realidade, assim como a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo, grande parte das pesquisas engajadas nessa perspectiva, busca um ponto comum: a compreensão da inserção do capitalismo em diversas áreas, e conseqüentemente, as raízes do processo de globalização.<sup>38</sup> Essa dupla influência funciona da seguinte maneira, segundo Gereffi e Korzeniewicz:

*By analyzing patterns of competition among specific enterprises; the analysis of GCCs provides a bridge between the macro-historical concerns that have usually characterized the world-systems literature, and the micro-organizational and state-centered issues that have stimulated recent studies in international political economy.<sup>39</sup>*

---

<sup>36</sup> GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut, London: Praeger, 1994, p.2.

<sup>37</sup> *Idem*, p.13.

<sup>38</sup> TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). *Op. Cit.*, 2006, p.8.

<sup>39</sup> GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. *Op. Cit.*, 1994, p.9.

Contudo, esse caráter “tradicional” das *Global Commodity Chains* – que pode ser mais relacionado às temáticas das quais se dedica do que a qualquer outro ponto; não as desqualifica enquanto uma forma de inserção de métodos e análises inovadoras. As diferenças são marcantes em relação às duas formas de compreensão sobre a economia da modernidade. Diante a já citada variação de escala de análise, percebe-se a descaracterização da noção centro/periferia tão propalada pela Teoria da Dependência; além da negação da ideia de Pacto colonial, abrindo possibilidades de investigação em várias instâncias de poder. Dessa forma, ao considerar as diversas formas de inserção ao capitalismo em diferentes regiões, considera também os atores sociais envolvidos, incluindo aí trabalhadores, empresários, firmas, e grupos das mais distintas características. Com o foco direcionado ao produto nas duas extremidades do processo – a oferta e a demanda – percebe-se de que forma os produtos exóticos/nativos locais passaram a se conformar como *commodities*, isso é, produtos de massa integrantes da transformação capitalista em esfera macroespacial.

Sobre a proposta das *Global Commodity Chains*, Jagjit Plahe resume:

*The GCC literature points to a new research agenda, one that examines the full range of activities involved in bringing a product into the global market. It also focuses on other activities further downstream such as advertising, marketing and retailing, and the final disposal (after use) of the product. The GCC approach therefore provides both a micro as well as a macro picture of global production processes. It questions why certain agents in a given chain are able to earn higher profits by focusing not only on the value added dimension, but also on regulatory and technological factors, and the socio-economic relationship between different agents in a given chain. In doing this it also questions why producers from developing countries are placed where they are in global production systems and more importantly, what policy steps can be taken to change this.*<sup>40</sup>

Essas são em linhas gerais, as definições e possíveis contribuições das *Global Commodity Chains* inseridas nos estudos em História Econômica, dentro das temáticas aqui discutidas. Até a sua recente incorporação por alguns pesquisadores, percebem-se transformações substanciais referentes à temática do capitalismo e dos tópicos a ele ligados nesse longo caminho percorrido desde o início da segunda metade do século XX, em que pese nesse texto a omissão de inúmeros autores. Diante dessa infinidade de autores, obras e formas de pensamento, é importante também destacar outro tipo de

---

<sup>40</sup> PLAHE, Jagjit. *The Global Commodity Chain approach and the organizational transformation of agriculture: a look into the increasing power of retailers and branded merchandisers*. Working Paper Series 63/05. Monash University: Department of Management, 2005.

abordagem, que embora tenha origens mais remotas que as próprias GCC's, possui um espaço de discussão bem próximo a tudo que foi aqui descrito. Trata-se de um tema mais pontual – a escravidão; mas que perpassa boa parte dos autores aqui mencionados e possui uma afinidade teórica bem próxima às GCC's. Esforço encampado pelo pesquisador estadunidense Dale Tomich, que vem desenvolvendo suas pesquisas a respeito da escravidão desde a década de 1980, a ideia de *Second Slavery* (Segunda Escravidão) foi finalmente compilada em publicação mais recente sob o título *Trough the Prism of Slavery*.<sup>41</sup>

A Segunda Escravidão referenciada por Tomich diz respeito à forma de trabalho compulsório utilizada em um momento específico e coadunada às transformações sociais e econômicas nele inseridas. Esse momento refere-se ao século XIX como uma quebra do caráter colonial sobre o qual a instituição escravista se assentava, sendo readaptada aos princípios liberais do período. Nesse contexto, é importante delinear algumas das transformações ocorridas em escala planetária durante o oitocentos. É o século de mudanças políticas e econômicas no bojo da modernização, em que se destaca a formação dos Estados Nacionais, a expansão de movimentos migratórios, as inovações técnicas inseridas pelo crescente processo de industrialização, as mudanças institucionais sobre a terra, o comércio, o padrão econômico, etc.<sup>42</sup> Em suma, transformações essas que caracterizaram o capitalismo como relação predominante da sociedade ocidental.

É nesse mesmo período que ocorre o processo de consolidação do mercado de *commodities*, destacando-se produtos agrícolas como o café, algodão e açúcar. À medida que a demanda por essas mercadorias – consumidas por uma crescente quantidade de pessoas – aumentava, novas áreas produtoras eram incorporadas. Situadas principalmente nos territórios recém-independentes do hemisfério sul, essas áreas contavam com formas de trabalhos compulsório, incluindo a escravidão. Extinta a colonização antiga e conseqüentemente o caráter colonial da instituição escravista nas Américas, África e Ásia, o rearranjo social do século XIX insere o trabalho cativo na divisão internacional do trabalho, dentro de uma lógica de mercados sem precedentes na história da humanidade. Isso porque as mercadorias produzidas sumariamente pelo

---

<sup>41</sup> TOMICH, Dale W. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999.

trabalho escravo nessas áreas são completamente integradas ao processo de constituição do capitalismo em si, gestado pioneiramente nas áreas setentrionais globo terrestre. Não se esquecendo de que a conformação desse mercado dinâmico esteve sujeita a especificidades no espaço-tempo, nas duas pontas do processo capitalista de produção, comercialização e consumo tanto das *commodities*, como dos produtos manufaturados.

Portanto, Dale Tomich afirma que a construção, desconstrução e reconstrução da escravidão são nesse caso tributárias do processo de industrialização e reestruturação social e econômica do sistema mundial capitalista.<sup>43</sup> Resumindo a conjuntura do século XIX, o pesquisador aponta:

*The second slavery represents a crisis of colonial slavery, but not the crisis of slavery as such. The emergence of new slave commodity frontiers accelerated the decline of the old colonial spaces that were unable to compete under the new conditions. At the same time, they undermined the colonial division of labor in which competing metropolitan powers attempted to control and manage the sources of production in their Atlantic colonies and to confine trade within politically defined mercantilist circuits.*<sup>44</sup>

*Further, the systemic meaning of slavery was transformed with the emergence of the capital-wage labor relation during the nineteenth century. The products of slave labor entered directly into the consumption of the European wage working class on an increasing scale. They were important as a means of maintaining the exchange relation between wage labor and capital and also contributed directly to lowering the cost of reproducing the labor power of wage labor. As the capital-wage labor relation became widely established, a systemic imperative to increase surplus value by reducing the value of labor power emerged which required slave producers to provide cheaper and cheaper goods for working class consumption.*<sup>45</sup>

A grande diferença da ideia de Tomich em relação a outros autores, incluindo os *dependentistas*, diz respeito justamente à incorporação da categoria escravidão em confluência com o sistema capitalista. A ideia do pesquisador é de fato superar a oposição determinista existente entre as duas categorias – capitalismo e escravismo; difundida em algumas pesquisas. Quer dizer que a incompatibilidade de tais instituições vista pela historiografia não pode ser compactuada se colocada em perspectiva histórica. A noção de que escravismo funciona como uma instituição arcaica, sinônimo de atraso, ou ainda, como o polo opositor do trabalho livre capitalista, não corresponde ao pensamento do autor. Isso porque Tomich acredita que o sistema capitalista como um

---

<sup>43</sup> TOMICH, Dale W. *Op. Cit.*, 2004, p.115.

<sup>44</sup> TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael. *The Second Slavery: Mass Slavery, World Economy and Comparative Microhistories. A Journal of the Fernand Braudel Center*, Binghamton University XXXI, nº3, 2008, p.5.

<sup>45</sup> TOMICH, Dale W. *Op. Cit.*, 2004, p.70.



todo complexo, permite formas sociais de trabalho que estão teoricamente incorporadas a uma concepção política e econômica de “escala mundial”, em que não cabe a separação de tais instituições (trabalho livre *versus* trabalho escravo), uma vez que incorpora as formas particulares – locais, considerando a variação da análise; dentro desse todo complexo.

Essa forma maniqueísta de se enxergar escravidão/trabalho livre pode ser percebida em vários dos estudos até aqui citados, sem que fosse explicada a correlação dentre os dois fenômenos. No debate da transição feudalismo/capitalismo, autores como Maurice Dobb e Robert Brenner creem na mercantilização da força de trabalho como elemento definidor e consolidador do sistema capitalista. Já alguns dependentistas como Gunder Frank enfatizam a diversidade das formas de trabalho como característica da economia mundial capitalista. Da mesma forma que Frank e Brenner, entretanto focado na questão dos mercados, Wallerstein afirma que a produção mercantil se torna o menor denominador comum para o qual todas as formas sociais de trabalho são reduzidas. Resumindo, as interpretações históricas mais clássicas sobre o capitalismo percebem ora o trabalho assalariado, ora o mercado mundial atuando como polo organizador do sistema. Portanto, ao considerar o primado de um desses elementos, não conseguem dar conta da análise em toda sua complexidade:

*Those who identified capitalism with wage labor regarded slavery as a precapitalist or noncapitalist relation; those who emphasized production for the world market as the common grounding of capital treated slavery as capitalist but were unable to account for the specificity of slave relations of production.*<sup>46</sup>

Rafael Marquese assim resume o pensamento de Tomich, e os principais argumentos da ideia de *Segunda Escravidão*:

*(...) Dale Tomich propôs a categoria “segunda escravidão”, para apreender em um quadro conjunto a novidade da escravidão atlântica oitocentista. De acordo com seu argumento, as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. As forças então colocadas em jogo levaram, por um lado, ao colapso de antigas regiões produtoras no Caribe inglês e francês, que, afora se verem acuadas pelo abolicionismo metropolitano e pelas ações coletivas de resistência escrava, haviam chegado aos limites máximos de suas capacidades produtivas, mas, por outro, conduziram à abertura de oportunidades para regiões que até então haviam estado na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse movimento, os destinos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil – cada qual se especializando na produção escravista, em larga escala, de algodão, açúcar e café – entrelaçaram-se de modo estreito. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria*

---

<sup>46</sup> TOMICH, Dale W. *Op. Cit.*, 2004, p.33.

*surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico.*<sup>47</sup>

Deve-se compreender que a abordagem da Segunda Escravidão, em que pese o esforço teórico desempenhado por Dale Tomich ao longo de anos, trata-se de uma ferramenta ainda pouco difundida nos meios acadêmicos. Portanto, não se encontra consolidada a ponto de se obter uma definição mais precisa e definitiva, ao ponto que ainda não encontrou um *locus* de interlocução dentre pesquisadores mais recentemente. Contudo, esse quadro tende a mudar com a incorporação da ideia por outros pesquisadores interessados na temática da escravidão, e da história econômica envolvidos com capitalismo, ou qualquer outro tópico relacionado ao século XIX. No Brasil, destacam-se os esforços de pesquisadores como Rafael Marquese e Ricardo Salles no intuito de compreender a Segunda Escravidão no Vale do Paraíba fluminense. Nesse sentido, os autores, ao lado de pesquisadores de várias instituições, desenvolvem projeto conjunto sobre variados tópicos correspondentes à escravidão oitocentista desde o ano de 2010.<sup>48</sup>

## **Conclusão**

Percebe-se que a produção acadêmica realizada a partir dos anos 1950, dividida aqui em cinco conjuntos, passou por uma série de transformações. Desde o pioneiro debate sobre a transição capitalista, e a produção “independente” de autores nacionais com poucas possibilidades de diálogo iniciada antes mesmo desse período, foi travado um longo caminho. A contribuição de sociólogos, economistas, historiadores e outros autores de áreas afins tendeu a aumentar significativamente daquele momento em diante, embora seja perceptível um arrefecimento da discussão nos últimos anos. Contudo, é preciso salientar que a temática não está esgotada, uma vez que ainda existem esforços – vide as *Global Commodity Chains* e a *Second Slavery*; para a compressão do fenômeno capitalista em suas mais variadas instâncias, incorporando os avanços até aqui alcançados no que diz respeito tanto aos aspectos teóricos quanto aos aspectos metodológicos do conhecimento histórico.

---

<sup>47</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate*. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Vol.18. n°.1, jan.- jul., 2010, p.83-84.

<sup>48</sup> Para mais informações sobre o projeto “O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão”, acessar: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767339T6>

## Referências

### Bibliografia

BEER, George Louis. **The Old Colonial System (1660-1754)**. New York: Macmillan Company, 2Vol., 1912.

BÉRTOLA, Luis. *¿A dónde ha ido la historiografía económica latinoamericana?*. **Boletín de Historia Económica**, Ano I, n.º2, Junho, 2003, p.27-30.

\_\_\_\_\_. *La Historia Económica en América Latina: algunas reflexiones sobre el estado del arte y posibles políticas*. **Boletín de Historia Económica**, Ano V, n.º6, Dezembro, 2007, p.14-20.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & PÉREZ-BRIGNOLI, Hector. **História Econômica de América Latina**. Rio de Janeiro: Graal: 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole. A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DICTIONARY OF ECONOMICS. **Commodity**. A & C Black Publishers Ltd: London, 2006.

DOS SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico*. **Textos para Discussão**, Grupo de Estudos Sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho, n.º22, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1971.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut, London: Praeger, 1994.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HANDLEMAN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999.

- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MANTEGA, Guido. *Teoria da Dependência Revisitada. Um balanço crítico*. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n.º.27, 1997.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate*. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Vol.18. n.º.1, jan.- jul., 2010, p.83-128.
- MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.  
\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.  
\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MUÑOZ, Heraldo. *Cambio y continuidad en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo*. **Estudios Internacionales**, Vol.11, n.º.44, Out-Dez, 1978, p.88-138.  
\_\_\_\_\_. *El Análisis de la Teoría de la Dependencia en los Centros: Ejemplos de EE.UU.* **Estudios Internacionales**, Vol.12, n.º.45, Jan-Mar, 1979, p. 68-76.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PINTO, Virgilio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PLAHE, Jagjit. *The Global Commodity Chain approach and the organizational transformation of agriculture: a look into the increasing power of retailers and branded merchandisers*. **Working Paper Series 63/05**. Monash University: Department of Management, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil – 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Difel, 1982.
- SWEEZY, Paul (Org.). **A transição do Feudalismo para o Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle & MOARAES, Dicamôr. **História do Brasil – 2º ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- TOMICH, Dale W. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael. *The Second Slavery: Mass Slavery, World Economy and Comparative Microhistories*. **A Journal of the Fernand Braudel Center**, Binghamton University XXXI, n.º3, 2008, p.91-100.
- TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis. An introduction**. Durham, London: Duke University Press, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **The origin of Capitalism: a longer view**. London: Verso, 2002, p.37-43.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990.

**Web:**

Entrevista Programa Roda Viva, 16/01/2006. [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia\\_busca/526/jacob%20entrevistados/jacob\\_gorender\\_2006.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/526/jacob%20entrevistados/jacob_gorender_2006.htm)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767339T6>